

JORNAL DO CENTENÁRIO

Nº5 MAI.JUN 2010

www.centenariorepublica.pt

COMEMORAÇÕES DO CENTENÁRIO

A REPÚBLICA NAS FESTAS DE LISBOA

O centenário da República vai ser um tema presente nas Festas de Lisboa, que começam dia 14 de Maio e se prolongam até dia 15 de Julho.

“O tema das Marchas de Lisboa é obviamente a República”, como anunciou Miguel Honrado, presidente do conselho de administração da Egeac, na conferência de imprensa de apresentação do programa das Festas de Lisboa, realizada no cinema S. Jorge, dia 4 de Maio.

Mas além das marchas, que irão desfilar na Avenida da Liberdade dia 12 de Junho, outras manifestações artísticas incluídas nas Festas vão também falar da República. É o que sucederá com a exposição “O Fado e a República” que propõe uma viagem aos primórdios do fado, não só através do som, como da pintura, do cinema e da documentação existente. Essa viagem começa no Museu do Fado, onde se encontra actualmente o quadro *O Fado*, de José Malhoa, artista que foi o primeiro presidente da Sociedade Nacional de Belas Artes, para se estender depois aos salões da SNBA.

Também na área musical, a República será celebrada, com o espectáculo a realizar dia 15 de Julho, intitulado “A República é uma mulher”. Neste concerto de encerramento das Festas de Lisboa, que pretende evocar a luta pelos ideais pelos quais se bateram mulheres como Carolina Beatriz Ângelo, Ana de Castro Osório, Maria Veleza e Adelaide Cabete, participam três vozes femininas da lusofonia: Carminho (Portugal), Lura (Cabo Verde) e Mart’Nália (Brasil). //



2	A REPÚBLICA E O MUNICIPALISMO EXPECTATIVAS DESCENTRALIZADORAS E HESITAÇÕES REPUBLICANAS
3	A REPÚBLICA E O MUNICIPALISMO JOSÉ FÉLIX NOGUEIRA
4	RUAS DA CONSPIRAÇÃO HOTEL DE L'EUROPE, CHIADO
5	MULHERES NA REPÚBLICA A VOZ DAS MULHERES OPERÁRIAS
6	LIVROS A I REPÚBLICA NOS LIVROS
7/8	REPÚBLICA E ENSINO NEM TUDO FORAM ROSAS NA OBRA EDUCATIVA DA I REPÚBLICA

A REPÚBLICA EM 100 PALAVRAS

Que República? Cem anos de República obrigam-nos a pensar menos no passado e mais no presente e futuro. Charles Péguy falou-nos da mística e da educação republicanas, não dos momentos trágicos, mas da capacidade cidadã de despertar para a liberdade e responsabilidade e de construir um caminho de emancipação. António Sérgio escreveu que toda a Educação é para a Cidadania. Afinal, a República é a organização da sociedade política do Povo, pelo Povo e para o Povo, isto é, das pessoas, pelas pessoas e para as pessoas, procurando realizar a “humanitas” de que falava Cícero, assente no valor universal da dignidade humana.

GUILHERME D'OLIVEIRA MARTINS,
PRESIDENTE DO CENTRO NACIONAL DE CULTURA



FUNDAÇÃO MÁRIO SOARES





A REPÚBLICA E O MUNICIPALISMO



EXPECTATIVAS DESCENTRALIZADORAS E HESITAÇÕES REPUBLICANAS

Eram grandes as expectativas criadas no período que antecedeu a República. O municipalismo e a ideia de um Estado assente na associação livre de municípios foram defendidos desde a segunda metade do século XIX, praticamente em paralelo com a própria República. Em 1852, na obra *O município no séc. XIX*, José Félix Henriques Nogueira traçava já as linhas mestras do que deveria ser uma República federalista, fundada na autonomia dos municípios.

Era pois de supor que uma vez implantada a República se fizesse a reforma política reclamada e que terminasse a vaga de oscilações – entre centralização e descentralização do poder – que caracterizara a legislação herdada da monarquia constitucional. O liberalismo produziu vários códigos administrativos – Código de José Luciano de Castro, de 1886, o Código Administrativo de 1878, de Rodrigues Sampaio e o Código de 1896. Nesta legislação, embora se defendesse a centralização administrativa e financeira, ora se valorizava o município como entidade dotada de alguma autonomia, ora se limitavam as capacidades de acção dos municípios.

A 5 de Outubro de 1910 era um código centralizador o que regia a nação: o Código Administrativo de 1896, que fora aprovado por João Franco, o que forçava a República a alterá-lo. Isso levou o Governo Provisório a querer assinalar desde logo uma promessa de mudança. Ela surgiu sob a forma de um decreto, promulgado a 13 de Outubro de 1910, no qual se adoptava o Código de 1878, “na parte em que o seu restabelecimento causasse o mínimo de perturbação aos serviços públicos”, até que se elaborasse um novo Código Administrativo que consubstanciasse a reforma republicana.

Tal não foi porém viável e, de acordo com Marcello Caetano, “houve que admitir na jurisprudência e nos tribunais a vigência do código de 1896, em algumas matérias fundamentais. Ficou pois a República com dois códigos”. //

A República com dois códigos

A 25 de Outubro de 1910, o ministro do Interior, António José de Almeida nomeava uma comissão encarregada de elaborar o Código Administrativo da República, órgão presidido por José Jacinto Nunes que, já no final do século XIX, havia preparado para os republicanos um projecto de código onde defendia uma organização descentralizada, restaurava as províncias e criava órgãos executivos e órgãos deliberativos nos municípios.

Com base no trabalho dessa comissão, a 15 de Agosto de 1911, António José de Almeida apresentou na Assembleia Constituinte uma proposta de Lei que continha as disposições a aplicar às autarquias e aos corpos administrativos locais.

Mas o sinuoso percurso desta proposta – que só em 1913 se transformou em lei – foi indicador de que a descentralização administrativa não chegara em simultâneo com a República.

A Assembleia Constituinte aprovou as bases gerais da proposta, mas remeteu para o Congresso da República a elaboração de um novo Código Administrativo. Sucessivas alterações foram sendo introduzidas na proposta, quer por parecer da Comissão da Administração Pública, quer pela discussão na Câmara dos Deputados e depois no Senado.

Quando por fim se chegou à Lei 88, de 7 de Agosto de 1913, apenas foi promulgada uma parte da proposta apresentada em 1911. E nela não era referida qualquer revogação dos Códigos de 1878 e de 1896.

Esta lei, embora fosse descentralizadora em relação aos municípios, continuava a fazer depender do Orçamento de Estado as receitas ordinárias das autarquias.

Até 1926 houve várias tentativas para se elaborar um novo Código Administrativo, com a produção de muita legislação avulsa (em 1916, 1919, 1922 e 1924) mas o novo regime terminaria sem que a descentralização tivesse saído da ambiguidade. E sem que a República tivesse criado um verdadeiro corpo administrativo. //

FONTE: HISTÓRIA DOS MUNICÍPIOS E DO PODER LOCAL DOS FINAIS DA IDADE MÉDIA À UNIÃO EUROPEIA, CÉSAR DE OLIVEIRA (COORD.), TEMAS E DEBATES, 1996.



O MOSCARDO, 3 DE JUNHO DE 1913.
HEMEROTECA MUNICIPAL DE LISBOA.





A REPÚBLICA E O MUNICIPALISMO

José Félix Henriques Nogueira (1825-1858)



“ Quisera que num país como o nosso, emancipado por cruentes esforços da tutela humilhante, egoísta e sanguinária da monarquia absoluta, cansado do regime traiçoeiro e faccioso da monarquia constitucional, necessitado de restaurar as forças perdidas em lutas estéreis e de cicatrizar feridas que ainda gotejam, ávido, enfim, de gozar as doçuras da liberdade porque tanto há sofrido, o governo do Estado fosse feito pelo povo e para o povo, sob a forma nobre, filosófica e prestigiosa da República. ”

JOSÉ FÉLIX HENRIQUES NOGUEIRA, "HISTÓRIA DO REGIME REPUBLICANO EM PORTUGAL", LISBOA, 1930, PP 33.

“ O governo central, composto dos representantes dos municípios, elabora e concentra todas as opiniões e simpatias do país, dita a lei e vela pela sua execução. O município conserva toda a energia e independência própria dentro dos limites legais e compreende uma série, resumida mas completa, de instituições públicas. O lugar, já individualmente já em grupos de freguesias e círculos, associa os seus moradores, e forma o elo desta cadeia convergente de interesses de que ninguém é excluído. ”

JOSÉ FÉLIX HENRIQUES NOGUEIRA, IN CARTA A OLIVEIRA MARTINS, RAUL REGO, OB. CIT. PÁG.128.

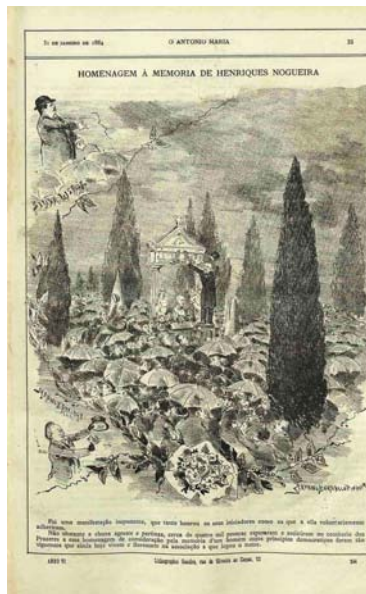
José Félix Henriques Nogueira foi não só um precursor do republicanismo como o primeiro homem em Portugal a apresentar uma visão ideal de uma República descentralizada.

Nascido em 1825, em Dois Portos, Torres Vedras, Henriques Nogueira foi um autodidacta. Estudou pelos seus próprios meios e, em 1851, começou a escrever para jornais como o *Eco dos Operários* e, na *Revolução de Setembro*. Nesse mesmo ano candidatou-se a deputado pelo círculo de Alenquer, mas não foi eleito. Dedicou-se então à escrita. Fundou o *Almanaque Democrático* – que se publicou entre 1852 e 1855 – e concluiu o livro *Estudos sobre a Reforma em Portugal*, uma das obras onde traçava um programa para uma República fundada na autonomia dos seus municípios.

Defensor do federalismo e do associativismo, Henriques Nogueira imaginava Portugal como um Estado federado constituído por 100 municípios. Em 1852 voltou a candidatar-se, mas pelo círculo de Torres Vedras. De novo não foi eleito e decidiu então ir viajar. Em 1853 andou por Espanha, França, Bélgica e Alemanha, viagens sobre as quais escreveu as suas impressões. Em 1854 fundou um novo jornal, o *Progresso*, onde escreveu sobre temas de política económica e editou vários artigos que depois reuniu no livro *O município do século XIX*, publicado em 1856. Aos 33 anos morreu, subitamente, vítima de tuberculose. O escultor Manuel Bordallo Pinheiro fez o busto que foi colocado no jazigo do Cemitério dos Prazeres.

Uma associação constituída em sua memória, intitulada Club Henriques Nogueira, promoveu-lhe mais tarde uma grande homenagem que terá reunido quatro mil pessoas no Cemitério dos Prazeres, segundo afirmava Rafael Bordallo Pinheiro, em *O António Maria*, dia 31 de Janeiro de 1884. ■

O ANTÓNIO MARIA, N. 244, HEMEROTECA MUNICIPAL DE LISBOA.



Foi uma manifestação imponente, que tanto honrou os seus iniciadores como os que a ella voluntariamente adheriram.

Não obstante a chuva agreste e pertinaz, cerca de quatro mil pessoas esperaram e assistiram no cemitério dos Prazeres a essa homenagem de consideração pela memoria d'um homem cujos princípios democráticos foram tão vigorosos que ainda vivem e florescem na associação a que legou o nome.

O ANTÓNIO MARIA, 31 DE JANEIRO DE 1884.



Ruas da Conspiração

Hotel de l'Europe no Chiado

HOTEL DE L'EUROPE, JOSHUA BENJOLIEL, 1910, ARQUIVO MUNICIPAL DE LISBOA/ARQUIVO FOTOGRAFICO



“Nestas circunstâncias, a posição no Consultório era insustentável e, por isso (,,,) levei Eusébio Leão, sempre doente, para o Hotel d'Europe. Foi esse o nosso quartel-general durante as horas da Revolução, desde a manhã de 4 até às 7 horas de 5.”

JOSÉ RELVAS, IN MEMÓRIAS POLÍTICAS.

Inaugurado em 1845 na Rua do Carmo 2, o Hotel de L'Europe (também designado por hotel d'Europe) foi um dos locais onde, em Lisboa, os republicanos se encontravam para conspirar. Propriedade de Mme Langet, este hotel viria a ser digno de registo nos momentos que antecederam a implantação da República, em 1910, como narra José Relvas nas suas “Memórias Políticas”.

Foi no Hotel d'Europe que Relvas e Eusébio Leão se refugiaram no dia 4 de Outubro, quando a luta pela República já estava na rua e num momento em que “as primícias da Revolução deixavam antever a derrota”, como sustenta Relvas. Eusébio Leão, que era médico, estava doente e arrastava-se com dificuldade, tendo nas primeiras horas da revolução permanecido no seu consultório no Chiado, um local que não seria o mais indicado, em caso de derrota e de caça aos republicanos revoltados.

“Nestas circunstâncias, a posição no Consultório era insustentável e, por isso (,,,) levei Eusébio Leão, sempre doente, para o Hotel d'Europe. Foi esse o nosso quartel-general durante as horas da Revolução, desde a manhã de 4 até às 7 horas de 5”, escreve Relvas nas “Memórias Políticas”.

Já em 1891, o Hotel d'Europe se tornara conhecido. E nas vésperas do 31 de Janeiro, do Porto, pelo Hotel d'Europe, em Lisboa, passou a polícia, em busca de conspiradores.

“Em 30 de Janeiro a polícia procurava-me no Hotel d'Europe e nas casas dos meus amigos.”, refere José Relvas.

Mas deste hotel que foi local de conspiração e existiu até 1912 no antigo Palácio Barcelinhos, ao Chiado, nada resta, excepto “a memória da permanência de várias prima-donas do Teatro de S. Carlos e da famosíssima Sarah Bernhardt que ali esteve hospedada na sua segunda visita a Portugal, em Abril de 1880”, refere Ana Maria Alves Pedro Ferreira, na sua tese de mestrado em História de Arte, sobre “A Arquitectura Hoteleira de Lisboa”.

No entanto, como esclarece Ana Ferreira, um novo Hotel de L'Europe haveria de surgir na capital, ainda no período da I República, quando em 1921 inaugurou na Praça Luis de Camões nº 5 um novo estabelecimento, propriedade de Alexandre de Almeida e que é referido na revista ABC, de 24 de Fevereiro de 1921, como “Um melhoramento citadino”. ▀

Como era há 100 anos

A vida dos municípios

Ainda que a República não tenha instituído de facto a almejada descentralização do poder na vida quotidiana dos municípios, nem tenha criado um verdadeiro Código Administrativo Republicano, a Lei 88, aprovada a 7 de Agosto de 1913, trouxe uma inovação à administração local: o *referendum*. As deliberações que dissessem respeito a matérias como a “contracção de empréstimos, o lançamento de contribuições directas ou indirectas, a municipalização de serviços, mutualidade, seguros, previdência e crédito e venda de carnes verdes” podiam ser sujeitas a *referendum*. Para isso bastava que “a décima parte dos eleitores” o reque-ressem.

As câmaras municipais da I República tinham já um vasto conjunto de competências, que passava não só pela construção e reparação de estradas, ruas e caminhos, como pela possibilidade de subsidiarem estabelecimentos de instrução, ou pela criação de serviços municipais, nos quais se incluía o abastecimento de água e a fruição comum de pastos. Com a Lei 88, passaram também a ter capacidade para “expropriar as propriedades necessárias aos serviços e melhoramentos municipais”.

Mas em matéria de criação de receitas, a legislação não foi tão longe. E continuava a fazer depender do poder central a possibilidade de as obter, considerando receita ordinária “os subsídios especiais consignados no Orçamento de Estado”. Já quanto às receitas decorrentes de impostos directos, embora a lei permitisse o lançamento de “derramas especiais” a sua formulação era vaga e remetia para “percentagens adicionais ao Orçamento”, nunca bem definidas. ▀



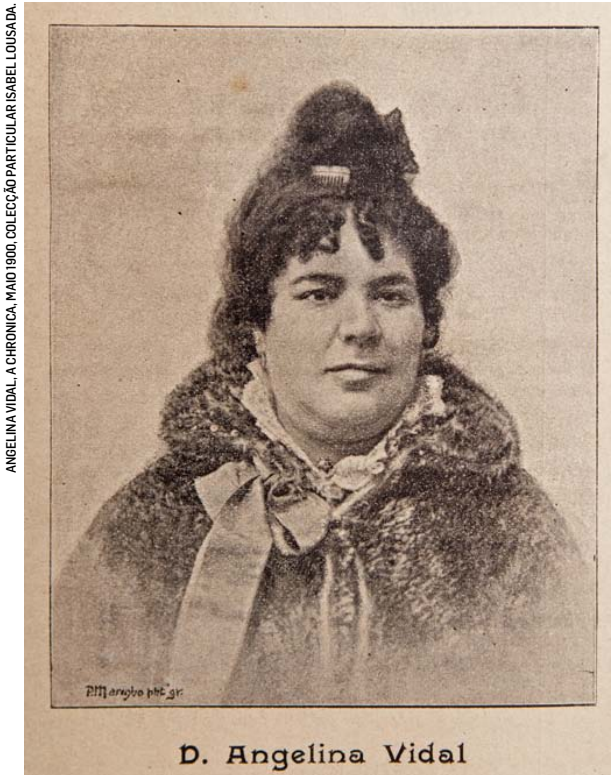
JOSHUA BENJOLIEL, 1909, ARQUIVO MUNICIPAL DE LISBOA/ARQUIVO FOTOGRAFICO



MULHERES NA REPÚBLICA

Se existe um meio para salvar a humanidade (...) que o povo se compenetre que as lutas actuais são pura e simplesmente económicas e uma vez feita a abolição de todos os privilégios, acabada estará a exploração burguesa e governamental e, portanto, a opressão.

ANGELINA VIDAL, IN "DICIONÁRIO NO FEMININO (SEC XIX-XX)".



A voz das mulheres operárias

Notas biográficas

ANGELINA DO CARMO VIDAL (1853-1917)

Nascida em Lisboa no seio de uma família da média burguesia, Angelina Vidal era filha de um músico ilustre, Joaquim Casimiro Júnior, organista da Real Capela da Bemposta e, mais tarde, Mestre da Sé Patriarcal de Lisboa.

O pai morreu quando Angelina Vidal tinha 9 anos de idade. "Terá frequentado um colégio de religiosas, onde adquiriu algumas noções de língua, história e literatura pátrias, rudimentos de aritmética, as tradicionais artes femininas, o indispensável francês e sólidos conhecimentos da arte das fusas e semifusadas", refere Maria Helena Vilas-Boas Aboim. A sua aprendizagem não terá ficado por aí e Angelina "continuou a estudar e trabalhar", ganhando conhecimentos que mais tarde lhe permitiram ser professora nas escolas da Sociedade A Voz do Operário e no Conservatório, além de escritora e jornalista.

Aos 19 anos casou-se com Luis Augusto Vidal, médico da Armada, de quem teve cinco filhos, mas de quem viria a separar-se em 1884, tendo perdido a tutela dos filhos para o marido. Com a separação, as agruras financeiras de Angelina Vidal acentuaram-se, obrigando-a a trabalhar muito. Passou a ser a voz das mulheres, em particular das operárias, de quem mais se aproximara na sua luta pela emancipação.

Destemida, já em 1880 aceitara o convite de republicanos nortenhos para ir ao Porto pronunciar duas conferências que causaram brado, Angelina Vidal tornou-se jornalista, colaborando com vários órgãos de imprensa, entre eles *A Voz do Operário* e no jornal *O Trabalho*, enfrentando a intole-

rância e a suspeição de muitos. Foi também ensaísta, conferencista, tradutora e poetisa, artes que não lhe trouxeram porém bens materiais. A pobreza acompanhou-a toda a vida. Chegou a viver de subscrições abertas nas fábricas de tabaco.

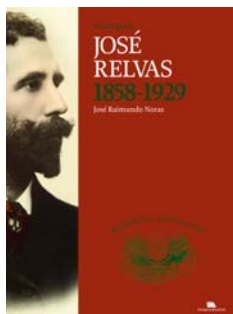
Em 1878 militou no Partido Republicano Federalista e foi uma republicana empenhada, mas também crítica. Já depois de implantada a República partiu dela um alerta, recordando o que se passara após a Revolução Francesa, em que o novo poder não respeitou os princípios da Liberdade, Igualdade e Fraternidade. "A questão social é internacional, é económica", advertia num dos artigos que escreveu. Angelina Vidal morreu em Lisboa, em Agosto de 1917, pobre como sempre viveu. ▀

FONTES: *OPERÁRIAS E BURGUESAS - AS MULHERES NO TEMPO DA REPÚBLICA*, MARIA ALICE SAMARA, A ESFERA DOS LIVROS, 2007.

DICIONÁRIO NO FEMININO (SÉCULOS XIX-XX),
DIRECÇÃO DE ZÍLIA OSÓRIO DE CASTRO E JOÃO ESTEVES.



A I REPÚBLICA NOS LIVROS



FOTOBIOGRAFIA JOSÉ RELVAS 1858-1929

Autor

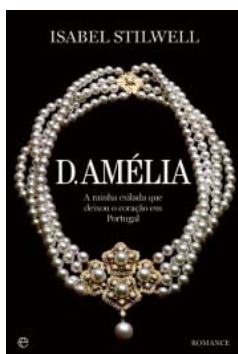
José Raimundo Noras

Edição

Imagens & Letras, 2010

Apoio institucional da CNCCR

Obra profusamente ilustrada na qual se dá a conhecer o homem de grande cultura que foi José Relvas, uma das principais figuras da República. O empresário, o político, o diplomata, o artista e o colecionador de arte surgem nesta obra de José Raimundo Noras, em que se reproduz o relato feito pelo próprio José Relvas das 33 horas que antecederam o 5 de Outubro de 1910.



D. AMÉLIA (A RAINHA EXILADA QUE DEIXOU O CORAÇÃO EM PORTUGAL)

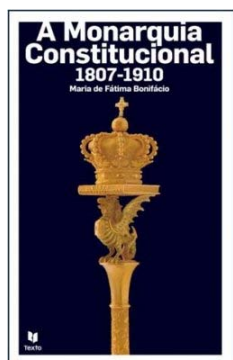
Autor

Isabel Stilwell

Edição

A Esfera dos Livros, 2010

Amada pelos portugueses que a acolheram calorosamente quando veio viver para Portugal, D. Amélia de Orleães e Bragança era uma mulher feliz quando casou com D. Carlos. Mas a sua felicidade foi-se apagando com as perdas sucessivas e o exílio. É a história da "rainha exilada que deixou o coração em Portugal" que Isabel Stilwell foi descobrir.



A MONARQUIA CONSTITUCIONAL (1807-1910)

Autor

Maria de Fátima Bonifácio

Edição

Texto Editores, 2010

Com o pronunciamento militar de 1820, legitimado pelas novas teorias políticas que afirmavam residir no povo (ou na nação) a fonte única da soberania, que concebiam o poder como um contrato entre governantes e governados, e que viam naqueles uma espécie de delegados destes, a revolução inaugurou-se em Portugal, destaca Maria de Fátima Bonifácio na sua recente obra, dedicada à monarquia constitucional.



5 DE OUTUBRO - UMA RECONSTITUIÇÃO

Autor

Ernesto Rodrigues

Edição

Gradiva, 2010

Cem anos depois, revivem-se os dias 4 e 5 de Outubro de 1910 e a revolução republicana passo a passo. Ilustrações e reproduções de documentos da época apoiam a narrativa de Ernesto Rodrigues que é construída a partir de relatórios e de memórias dos protagonistas do derrube da monarquia.



ANGELINA VIDAL - ESCRITORA, JORNALISTA, REPUBLICANA REVOLUCIONÁRIA E SOCIALISTA

Autor

Mário de Campos Vidal

Edição

Tribuna da História, 2010

Apoio institucional da CNCCR

Jornalista, escritora, poeta, feminista e revolucionária, Angelina Vidal foi uma mulher que lutou em todas as frentes, mas nem sempre foi bem compreendida no seu tempo. Neste livro, Mário de Campos Vidal dá a conhecer a vida e a obra desta republicana e apresenta "com mestria um retrato do pensamento político dos meios intelectuais da época" como afirma no prefácio Irene Flunser Pimentel.



NEM TUDO FORAM ROSAS...



CNCOR, FERNANDO COSTA



“Nem tudo foram rosas na obra educativa da I República”, mas “ela foi realmente importante a vários níveis, quer na laicização do ensino, quer nas novas formas de educação para a cidadania, quer nas metodologias e nas experiências levadas a cabo com as escolas móveis, as escolas-oficina e as universidades populares ou ainda com a criação das universidades de Lisboa e do Porto”.

Foi com esta introdução sumária, feita por Maria Cândida Proença, que se iniciou dia 23 de Abril, na Reitoria da Universidade Nova de Lisboa, o colóquio “República e Ensino” – um encontro que esta investigadora da FCSH da UNL coordenou com Guilherme d'Oliveira Martins. Ao longo de dois dias, ali foram escalpelizadas as grandezas e as derrotas da obra educativa da I República.

Neste encontro houve lugar para alertas, sobre a necessidade de se preservar e estudar o património educativo legado por homens como Adolfo Coelho, que criou a Biblioteca e o Museu Pedagógico. E houve espaço para a apresentação de investigações originais, como era a de Jaime Reis, “Os mancebos de 1930: O que fez a República pela sua Educação?”. Nela é feita uma análise de resultados do esforço educativo da República, baseada não nos censos mas no recenseamento militar.

Houve também lugar para homenagens a vários pedagogos – de há 100 anos e contemporâneos – e houve igualmente espaço para intervenções críticas. Foi o caso da abordagem feita por Sérgio Niza, que falou sobre o homem novo republicano e sobre a formação da cidadania democrática, algo que, 100 anos depois, em seu entender, está ainda por alcançar.

“A educação cívica na lógica do Conselho da Europa está por resolver. Propõe uma educação para a cidadania com carácter transversal,

o que foi esquecido”, disse Niza, que distinguiu a obra de António Sérgio, o pedagogo republicano que viria a ser recuperado após o 25 de Abril. “Só na autonomia se realiza um projecto de educação”, sustentou.

“A VIRTUDE REPUBLICANA É ESSENCIALMENTE ACÇÃO”

“A República como Demopédia” foi o tema lançado por Fernando Catroga, para quem “a virtude republicana é essencialmente acção. O homem é um ser prático”, sublinhou o professor da Universidade de Coimbra, sustentando que “a estratégia da pedagogia republicana é a de passar o homem da situação de minoridade para a maioridade”.

O pensamento pedagógico foi abordado em várias comunicações como a de Maria João Mogarro, que falou do património educativo e da acção pedagógica de Adolfo Coelho, um republicano que ousou ser crítico do Partido Republicano Português, enquanto João de Barros foi a figura eleita por Maria Cândida Proença.

A Escola Primária Republicana foi o tema da intervenção de Joaquim Pintassilgo, que confessou ter hesitado ao escolher o título. “Houve uma escola primária republicana? Sim e não”, afirmou. “Um Sim, no sentido em que há uma cultura republicana e um não relativo, porque há continuidade em várias dimensões do ensino em relação ao que vem do século XIX”, sustentou.

“Os republicanos investem imenso no esforço da escolarização, que parcialmente não tem consequências, mas que nos dá uma tonalidade muito própria para nós hoje que ainda acreditamos na escola como lugar de transformação das pessoas”.

Mais crítico foi Jorge Ramos do Ó, que abordou o Ensino Linceal, uma área em houve fraca



aposta dos republicanos e onde a monarquia constitucional obtivera nos seus últimos anos melhores resultados, nomeadamente com a criação de novos liceus. Na República, o crescimento do número de alunos no ensino liceal foi mínimo, como assinalou Ramos do Ó: no ano lectivo de 1910/1911 havia 9.740 alunos no ensino público, no ano lectivo de 1925/1926 havia 12.604.

.../...

“ Só na autonomia se realiza um projecto de educação. ”

SÉRGIO NIZA

REPÚBLICA E ENSINO

"Durante o regime monárquico, foram criados seis estabelecimentos novos entre 1908 e 1910". Como exemplo de pioneirismo citou o Liceu Central de Lisboa (1906) depois Liceu Pedro Nunes, do qual foi reitor António Sá Oliveira e onde se desenvolveram muito as associações escolares.

O Ensino Técnico e Profissional, sobre o qual versou a comunicação de José Cardim, foi uma área que a República desenvolveu, ainda que esse desenvolvimento não tenha sido nem rápido, nem linear. Mas se em 1910 eram 27 as escolas técnico-profissionais, em 1926 esse número cresceu para 50, tal como cresceu o número de alunos.

A Universidade e a República foi o tema da comunicação de Luís Reis Torgal, "uma questão complexa", como salientou, mas em que houve desenvolvimento durante a República, com a criação de novas Universidades e com o aumento do número de alunos. De 1911 a 1926 houve um aumento de mais de mil alunos.

Guilherme d'Oliveira Martins, que coordenou o encontro apresentou uma comunicação, sobre a Educação Cívica e Educação Republicana, mas centrada no que foi o republicanismo não apenas no período entre 1910-1926. Adolfo Coelho, Antero de Quental, Alexandre Herculano, Passos Manuel foram algumas das figuras a que se referiu, para mostrar que "a cultura republicana ia buscar as suas raízes ao pensamento liberal".

A comunicação de Amadeu Carvalho Homem versou a Propaganda Republicana e de Ensino de Massas, enquanto Augusto Mateus abordou a actualidade na educação, defendendo que ela é ainda e sempre uma grande prioridade na acção pública.

Para o ex-ministro, "a dimensão do desafio que temos hoje é maior do tínhamos em 1910. E os desafios bem mais complexos. Já não é a

luta contra o analfabetismo, é enfrentar as transformações do mundo que nos exigem mais capacidades".

Se a I República foi o momento zero, o 25 de Abril foi o momento 2.0 e, agora, defendeu Augusto Mateus, "é tempo de fazer uma República 3.0".

"É um desafio colossal, não tanto no que diz respeito ao acesso à educação mas à qualidade da educação e com um programa mais centrado na equidade do que na igualdade".

participar@centenariorepublica.pt

FICHA TÉCNICA Título Jornal do Centenário Propriedade Comissão Nacional para as Comemorações do Centenário da República (CNCCR) ISSN 1647-3493 Direcção Comissão Nacional para as Comemorações do Centenário da República Coordenação de edição Francisco Sarsfield Cabral Edição Fernanda Ribeiro Colaboração Inês Queiroz Design Henrique Cayatte Design

“A dimensão do desafio que temos hoje é maior do que tínhamos em 1910. E os desafios bem mais complexos.”
AUGUSTO MATEUS



ILUSTRAÇÃO PORTUGUESA, 1911, HEMEROTECA MUNICIPAL DE LISBOA

Homenagem a Rogério Fernandes

O nome de Rogério Fernandes, o pedagogo e grande teórico da Educação recentemente falecido, foi por diversas vezes evocado pelos intervenientes no Colóquio República e Ensino e, em particular, pelos coordenadores da iniciativa, que quiseram prestar-lhe homenagem.

"Devemos recordá-lo como uma figura de alguém que nos legou uma obra muito importante" afirmou durante o colóquio Guilherme d'Oliveira Martins, salientando que era suposto Rogério Fernandes participar naquele encontro, não fora a morte inesperadamente o levar, a 4 de Março de 2010.

"Nas conversas que tivemos para organizar esta iniciativa, uma das pessoas que naturalmente referimos como sendo indispensável estar presente foi o Professor Rogério Fernandes. Infelizmente, entre esse momento e hoje ele deixou-nos", explicou o coordenador do colóquio, Guilherme d'Oliveira Martins.

Ao longo do encontro, outros oradores se referiram a Rogério Fernandes, fosse a propósito de obras que escreveu e que são basilares para quem se dedique ao estudo das ciências da Educação.

Rogério Fernandes fora um dos oradores no encontro "Pensar a República – 1910-2010", apoiado pela Comissão Nacional para as Comemorações do centenário da República, e que se realizou dia 3 de Novembro de 2009 na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Nessa conferência, o pedagogo falara precisamente sobre a I República e a Educação.

A revista *A Página da Educação* publicou na sua edição de Março a última entrevista dada por Rogério Fernandes (em <http://www.apagina.pt/>).

